

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 721.537 - SP
(2015/0128467-0)**

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**
ADVOGADOS : **DARCIO JOSE DA MOTA E OUTRO(S) - SP067669**
 : **INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR - SP132994**
EMBARGADO : **SANDRA ROSELI CHAMLIAN ZUCARE**
ADVOGADOS : **PAULO LUIZ DE TOLEDO PIZA E OUTRO(S) - SP110031**
 : **JOÃO EDISON BERTOLDI - RS013073**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 433/435) opostos à decisão desta relatoria que deu provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a parte embargante alega ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, destacando que (e-STJ fl. 434):

Daí resulta a contradição na decisão monocrática, na medida em que afirma que o Recurso Especial repetitivo nº 1.348.640/RS contém um determinado conteúdo que na realidade não tem.

A conclusão da decisão monocrática ora embargada entra em choque com seu fundamento porque não coincide com a orientação contida no repetitivo invocado para solucionar a controvérsia.

Ao final, requer o acolhimento dos embargos declaratórios para que seja suprido o vício apontado.

A embargada apresentou impugnação (e-STJ fls. 438/451).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ademais, os embargos declaratórios, em regra, não permitem rejulgamento da causa, como pretende a parte ora embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido somente é possível em casos excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, o que não se evidencia no caso em exame.

Sob esse enfoque, o seguinte precedente da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. DECISÃO QUE APLICA A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Não havendo qualquer um desses pressupostos, rejeita-se o recurso integrativo.

II - Consoante jurisprudência firmada por esta Corte Superior, a tempestividade dos recursos é aferida quando do protocolo na secretaria do Tribunal e não da entrada na agência dos correios.

III - Ademais, embora o embargante tenha juntado comprovante da entrega em Brasília, no dia 14/01/2013, não há comprovação de que tenha sido, na mesma data, entregue na secretaria deste Tribunal. Não tendo sido, inclusive, juntado até o presente momento os originais do recurso interposto.

IV - Embargos rejeitados.

(EDcl no AgRg no ARE no AgRg nos EDcl no RE no Ag n. 1.423.681/BA, Relator Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2013, DJe 25/9/2013.)

No caso concreto, sob o pretexto de que houve ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pretende a embargante nova análise dos argumentos apresentados nos recursos anteriormente interpostos.

Ocorre que a questão foi devidamente examinada na decisão ora embargada, que decidiu a demanda em consonância com a jurisprudência desta Corte.

Além do mais, a contradição que autoriza a interposição de embargos declaratórios é a interna, ou seja, entre as proposições do próprio julgado, o que não ocorreu no caso. A propósito:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-ACIDENTE. AUSÊNCIA DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. REEXAME NECESSÁRIO. DEVOLUTIVIDADE. ART. 475, I, DO CPC. CONTRADIÇÃO INTERNA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

IV. 'A contradição a que se refere o inc. I do art. 535 do CPC é a que se verifica dentro dos limites do julgado embargado (contradição interna), aquela que prejudica a racionalidade do acórdão, afetando-lhe a coerência, não se confundindo com a contrariedade da parte vencida com as respectivas conclusões' (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1.402.655/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 19/12/2013).

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 316.048/SP, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/9/2014, DJe 23/9/2014.)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. INEXISTÊNCIA. REQUALIFICAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. SUCUMBÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO. USO DO IMÓVEL ANTES DA RESCISÃO CONTRATUAL. VALOR LOCATÍCIO.

1. A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela que se verifica entre as premissas ou entre estas e a conclusão do julgado embargado. Precedentes.

2. A atribuição de efeitos jurídicos distintos aos fatos assentados pelas instâncias ordinárias não é incompatível com o recurso especial.

3. Tendo sido determinada a devolução integral do valor pago pelo imóvel, o valor locatício durante o período em que foi utilizado por força do contrato de compra e venda rescindido deve ser calculado, em fase de liquidação de sentença, para o efeito de abatimento do valor da indenização devida à autora, a fim de evitar enriquecimento ilícito.

4. Embargos de declaração da Ford Motor rejeitados. Embargos de declaração do Banco Ford acolhidos em parte.

(EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp n. 790.903/RJ, Relatora Ministra MARIA

Superior Tribunal de Justiça

ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 7/10/2014, DJe 29/10/2014.)

Relembre-se que o simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos declaratórios.

Em face do exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator